

Toledo, 28 de junho de 2013.-

Ilustríssimo Senhor

Adriano Remonti

DD. Presidente da Câmara Municipal de Toledo- Pr.

Ref. Encaminhamento com solicitação:

Pela presente estou encaminhando a esta Egrégia Câmara Municipal, cópia da denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Processo nº 12901/10, sobre desvio de finalidade de programa de fomento à atividade econômica, em Toledo, com a alienação de imóveis pelos donatários dos imóveis transferidos pelo Poder Público, durante os meus dois mandatos como Chefe do Executivo Municipal, exercidos nos períodos de 1/02/1983 a 31/12/1988 e de 1/01/1993 a 31/12/1996.-

Embora nesta data, já tenha protocolado a defesa prévia junto ao Tribunal de Contas, solicito ao Poder Legislativo que de acordo com o Regimento Interno aprove a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI), para verificar e detalhar as irregularidades por acaso existentes, nos itens das doações constantes do Processo, o mais breve possível, pois são fatos ocorridos há quase 30 anos, por isso a urgência desta fiscalização.


Como são apenas duas doações denunciadas durante os meus dois mandatos, solicito que a CPI verifique e fiscalize todas as demais doações efetuadas de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996, isto não só para instalação de novas indústrias, mas incluir da mesma forma, todas as doações e de concessões real de uso de imóveis pertencentes ao Patrimônio Público, efetuadas para organizações e entidades sociais, sindicais e comunitárias, bem como de todos os terrenos doados para construção de casas populares, inclusive dos moradores das três Vilas Rurais existentes em Toledo.

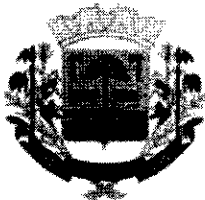
Solicito incluir o histórico de cada imóvel, desde da data de doação até a presente data, empresas envolvidas, forma de participação, os valores e data de cada transação, a situação e proprietário atual, como está sendo ocupado, finalidade industrial, comercial, residencial, numero de pessoas empregadas ou residentes, etc.

Independente dos resultados e das conclusões da CPI, agora sugerida, solicito, após a conclusão, uma copia com os relatórios finais, bem como que seja da mesma forma, encaminhado tudo ao Ministério Público da Comarca de Toledo, ao Executivo Municipal, e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Na certeza da atenção e devidas providências por parte deste Poder Legislativo, subscrevo-me com elevados protestos de respeito e devida consideração.

  
Albino Corazza Neto- CPF-126.569.419-20

  
Recebido  
RODRIGO PRESANTE  
Diretor-Geral  
Câmara Municipal de Toledo  
01/07/13



# CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

## PARECER JURÍDICO Nº 100.2013

**Assunto:** CPI.

**Objeto:** Pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguação de possíveis irregularidades no programa de fomento à atividade econômica.

**Parecer:** Possibilidade. Prerrogativa privativa dos vereadores.

Vieram a esta Assessoria, por determinação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, pedido de parecer jurídico sobre carta enviada pelo Sr. Albino Corazza Neto solicitando a este Poder Legislativo a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apuração de possíveis irregularidades no programa de fomento à atividade econômica.

### É o relatório

Prescreve o Regimento Interno, em seus artigos 77 e ss., que as Comissões Parlamentares de Inquérito serão requeridas e instituídas por 1/3 dos vereadores para apuração de fato determinado e por prazo certo.

Logo, a deliberação para instauração de uma CPI dependerá unicamente dos próprios vereadores, jamais podendo terceiro requisitar a criação da mesma.

Deve, assim, a mensagem do Sr. Albino Corazza Neto ser encaminhada para leitura na vindoura sessão ordinária como correspondência oficial.

Toledo, 11 de julho de 2013.

**Eduardo Hoffmann**  
Assessor Jurídico

  
**Fabiano Scuzziato**  
Assessor Jurídico